



entrevista

Nesta entrevista, ao lançar o livro "A Amazônia dos Viajantes - História e Ciência", o professor Nelson Noronha, do ICHL, fala dos primeiros pesquisadores da Amazônia. **Página 9.**

jornal da
adua

E-mail: aduass@uol.com.br

Nº 36 - junho/2011



SINDICATO
ANDES
NACIONAL
Central Sindical e Popular - CONSULTAS

Associação dos Docentes da Universidade Federal do Amazonas - Seção Sindical/ANDES - SN

Luta nacional

Melhoria para a carreira dos docentes

No Amazonas, a Adua intensifica divulgação do Plano de Carreiras e Campanha Salarial 2011 entre os professores da Ufam, tanto da capital quanto do interior, uma bandeira de luta que mobiliza membros da categoria das Universidades Federais de todo o País. **Página 4.**

Repúdio

Aposentadoria integral ameaçada

Sindilegis está recolhendo assinaturas em repúdio ao Projeto de Lei (PL) nº 1992, de 2007, que prevê a instituição da previdência complementar do servidor público federal ocupante de cargo efetivo. **Página 2.**

A um passo

Votação direta para reitoria pode ser lei

Falta apenas a aprovação do Senado para que o projeto de lei sobre escolha de reitores e diretores das Instituições Federais de Ensino Superior por meio de eleição direta da comunidade acadêmica, entre em vigor e substitua o atual sistema de lista tríplice, que deixa a seleção nas mãos do presidente. **Página 3.**

Ufam sem espaço para cursos novos

Foto: Anderson Vasconcelos



Unidades acadêmicas mais antigas da Universidade vêm amargando perdas infraestruturais por conta das demandas do Reuni. O Instituto de Ciências Humanas e Letras (ICHL) resolveu, durante reunião do Conselho Departamental (Condep), suspender a ampliação de vagas e a criação de novos cursos por não ter espaço para concentrar atividades e alunos. Já a Faculdade de Educação (Faced) começa a arrumar suas salas e a reocupar blocos cedidos a outras unidades, depois de imbróglio causado pela saída da Reitoria para nova sede. **Confira nas páginas 6 e 7.**

Substitutos

Salários com até quatro meses de atraso

Professores substitutos da Ufam amargaram de três ou até quatro meses sem receber o salário devido a uma falha no Siape. A pró-reitoria de Planejamento e Desen-

volvimento Institucional (Proplan/Ufam) prometeu o pagamento de todos os salários para o início de julho. **Página 3.**

Editorial

O mês de junho chega ao final com a construção de um movimento docente articulado aos demais servidores públicos federais como há muito tempo não se via. A precarização cada vez maior dos serviços públicos federais aliada a constantes ameaças de obliterar direitos dos servidores públicos colocaram em marcha um sentimento de unidade capaz de aglutinar forças e canalizá-las para algo que os técnicos administrativos em educação já estão executando desde o dia 06: greve. Os docentes da Adua realizaram duas Assembleias Gerais neste mês visando elaborar estratégias para a divulgação do Plano de Carreira e a campanha salarial aprovadas no último congresso, contudo já na AG do dia 29 percebeu-se que os ânimos eram outros com a avaliação efetuada pela direção nacional e Plenária dos Servidores Públicos, indicando para um maior enfrentamento com o governo federal. Você pode ler mais detalhes dos acontecimentos na pág. 4. É importante o entendimento de todos os atores que atuam na universidade pública brasileira para o momento crucial que vivem todos os servidores públicos: são constantes ameaças de privatização de determinados serviços, é a imposição da previdência complementar (leia-se empresas privadas) pela política de destruição da aposentadoria integral (pág. 8), a descaracterização do serviço público como algo útil, necessário e de qualidade à toda população.

O lado bom, neste mês, vem com a aprovação por unanimidade pelo Consuni da Ufam de Moção de Apoio à greve dos TAEs, já presente em 47 instituições federais de ensino superior do país. Também o anúncio de que está prestes a ser aprovada lei que prevê a eleição direta para reitores, vice-reitores e diretores de unidades. Reivindicação antiga do movimento docente este é o primeiro passo para se restabelecer a autonomia política das universidades federais. Em perfeita sincronia, o Congresso Nacional também deverá aprovar a mudança na composição dos atuais conselhos superiores, dotando-o de significativa parcela de representantes da sociedade civil (está prevista a participação de 1/3 dos membros). Leia na página 5 mais detalhes.

Nossa reportagem central revela um problema que vem se acumulando na mesma proporção que a chamada “expansão via Reuni” está se dando nas universidades públicas brasileiras: expande-se a oferta de cursos e o número de alunos por turma, mas não se contratam professores e técnicos. Pior: não se constroem salas de aula nem laboratórios. O resultado é uma “canibalização” entre professores e disputas entre unidades acadêmicas por espaço físico e recursos financeiros. Esquece-se a luta pela contratação de docentes e técnicos por concursos públicos; despreza-se a luta por salários condizentes com a importância da atividade social; olvida-se o embate por carreira digna e condições de trabalho ajustadas à prática educativa cidadã.

Por fim, oferecemos artigos que denotam o quadro caótico em que se encontram segmentos da sociedade brasileira e internacional, além de uma entrevista com o prof. Dr. Nelson Noronha sobre seu projeto “A Amazônia dos Viajantes”.

Boa leitura!

Notas

PNE fica para 2012

Se depender das emendas parlamentares para entrar em vigor, o novo Plano Nacional de Educação (PNE) não deve deixar tão cedo o formato de Projeto de Lei. Desde que foi enviada ao Congresso Nacional – no fim de 2010 – a minuta do PL já recebeu quase 3.000 emendas (2.919, para ser mais exato) e com isso o tempo previsto para análise da matéria na comissão especial da Câmara vai aumentando. Assim, fica cada vez mais difícil estabelecer as 20 metas educacionais que o país precisa cumprir até o fim da década. Entre elas, e figurando como uma das mais polêmicas, a ampliação de 5% para 7% do Produto Interno Bruto (PIB) o percentual de investimento público em educação. Boa parte das emendas sugere o aumento para 10%. Mas, para a diretora executiva do movimento Todos pela Educação, Priscila Cruz, não adianta determinar o aumento dos investimentos se o plano não indicar quais serão as novas fontes de recurso. O próximo PNE precisa ser factível e ter as metas cumpridas.

Diplomas Estrangeiros

Quem retorna ao país depois de uma temporada de estudos no exterior costuma enfrentar uma verdadeira ‘batalha’ para ter o diploma reconhecido, num processo burocrático e longo, sem contar as dificuldades para atuação profissional em algumas áreas. Mas, o Conselho Nacional de Educação acaba de divulgar uma boa notícia:

pretende facilitar revalidação de diplomas estrangeiros no Brasil, em virtude do novo cenário de expansão da internacionalização do ensino superior. A presidenta Dilma Rousseff prometeu para o segundo semestre o lançamento do programa que pretende levar 75 mil estudantes brasileiros ao exterior com bolsas de mestrado, doutorado e graduação. Com isso, o entendimento da Câmara de Educação Superior do CNE passa à necessidade de revisar as regras da validação. Atualmente, o processo ocorre de forma descentralizada: compete às universidades públicas o estabelecimento de critérios próprios na tarefa de validar os diplomas obtidos em instituição estrangeira. A ideia é criar critérios comuns ou diretrizes gerais para que não haja tanta discrepância nos processos.

Segurança nas Universidades

O assassinato de um estudante da Universidade de São Paulo (USP), no último dia 14 de junho, reacendeu o debate sobre segurança nos campi das universidades públicas. No caso da instituição paulista, infelizmente, a discussão ficou reduzida à presença ou não da polícia. Por aqui, em caso mais recente e menos trágico que o do aluno, a prestadora de serviço da Adua sofreu tentativa de assalto, por volta das 12h do dia 27 de junho, enquanto esperava ônibus para deslocar-se até o trabalho em outro expediente, à tarde. Um desconhecido aproximou-se dela, puxou-lhe a bolsa e saiu correndo. Mas, para frustração

dele, ela não tinha recursos nem objetos de valor, por isso a bolsa foi recuperada. Em maior ou menor proporção, o fato é que pouco a pouco as histórias deixaram de ser exceções para integrar o cotidiano da vida universitária, e sem respostas institucionais apropriadas. Para se ter ideia, a Ufam criou a Comissão de Segurança, por meio da Portaria nº. 654/2010-GR, datada de 23 de março de 2010, e a última reunião oficial ocorreu há mais de um ano. Não parece que o assunto seja tão importante por aqui!

Interior sem internet

Alunos, professores e técnicos da Ufam agora passam a contar com livre acesso à internet, por meio da rede wireless, controlada pelo Centro de Processamento de Dados (CPD). O recurso está disponível em qualquer bloco ou setor do Campus Universitário, bastando selecionar a rede “wifi-zone-ufam”. Segundo nota divulgada no site da instituição, o novo serviço tem como objetivo propiciar à comunidade acadêmica “um ambiente facilitador para o ensino e a pesquisa”, além de “possibilitar a interação *on line* entre os estudantes”. Porém a novidade só deve ser comemorada no Campus de Manaus. Nas unidades acadêmicas do interior, a situação é inversa: não há sequer um sistema básico de internet funcionando e a comunidade padece quando necessita buscar informações e manter contato com a sede. Sinais de mudanças? É ver para crer!

charge



Fale conosco

Professor e professora do campus de Manaus e dos campi do interior, contribua para o jornal da Adua produzindo artigos, resenhas de livros e DVDs e sugestões de pautas. Sua participação é fundamental para um jornal plural. Entre em contato conosco pelo e-mail:

imprensa.adua@gmail.com

www.adua.org.br



O jornal da **adua** é uma publicação da Associação dos Docentes da UFAM - Seção Sindical do ANDES-SN.
Diretoria: Antônio (Neto) Pereira de Oliveira (presidente), Ronney da Silva Feitoza (1º vice-presidente), Tharciso Santiago Cruz (2º vice-presidente), José Alcimar de Oliveira (1º secretário), Lucas Milhomens Fonseca (2º secretário), José Humberto Michiles (1º tesoureiro) e Luiz Fábio Silva Paiva (2º tesoureiro).
Jornalista responsável: Antônio José (Tomzé) Vale da Costa (DRT/AM 286)
Reportagem: Anderson Vasconcelos (SRTE-AM 459), Lídia Ferreira (SRTE-AM 398) e Susy Freitas (estagiária)

Projeto Gráfico e Arte: Herivaldo da Matta (Kuca)
Fotografias: Anderson Vasconcelos e Lídia Ferreira
Impressão: Gráfica Ampla. 2000 exemplares.
Fone/Fax: (92) 3088-7009/3305-4103
e-mail: aduass@uol.com.br; imprensa.adua@gmail.com (Imprensa)
Endereço: avenida General Rodrigo Otávio Jordão, 3000, Campus Universitário, Setor Sul, Coroadó, CEP: 69080-005 - Manaus-Amazonas. Site: www.adua.org.br

Substitutos sem salários

Proplan promete pagar professores em julho

Dois, três ou até quatro meses sem receber o salário. Este foi o período que cerca de 80 professores substitutos da Universidade Federal do Amazonas (Ufam) amargaram ao fechar o contrato com a instituição, no início deste ano. O pró-reitor de Planejamento e Desenvolvimento Institucional (Proplan/Ufam), Albertino de Souza Carvalho, prometeu para a primeira semana de julho o pagamento dos docentes.

De acordo com o pró-reitor, será pago todo o retroativo referente ao período aos dias trabalhados durante o mês de fevereiro, época da contratação dos docentes, e o integral dos meses entre março e junho. “Nem todos os professores ficaram sem receber. Pagamos com recursos da própria Ufam os salários de alguns professores, referentes ao final de fevereiro e ao mês de março”, explicou. O pró-reitor Albertino Carvalho não soube explicar de onde foi retirada a verba para o pagamento dos docentes durante fevereiro e março. “Tiramos os recursos de outra atividade da Universidade, pois a reitora (Márcia Perales) entendeu que era um caráter de emergência”, disse.

Carvalho explica que houve uma falha no Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos (Siape), gerido pela Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento e responsável pelo pagamento dos professores federais.

Segundo ele, houve um desencontro ocorrido entre os dados enviados do Ministério da Educação para o Ministério do Planejamento. Além disso, o Siape foi bloqueado para inclusão de novos cadastros por conta da Medida Provisória 525, que restringiu a contratação de professores substitutos nos Institutos de Ensino Federais no primeiro semestre. “Não tenho detalhes, essa foi a informação oficial que repassaram do Ministério”, ressalta.

Outra dificuldade apontada pelo pró-reitor é o atraso das unidades acadêmicas em encaminhar a Proplan os dados dos novos professores. “Em alguns casos, este foi o motivo que também atrapalhou o processo; não sei quantos casos específicos”, disse.

Problemas

Além do prejuízo de ficarem sem receber o salário, com a falha no Siape os professores substitutos ficaram impossibilitados de fazer empréstimos de livros nas bibliotecas da Ufam. “Ficamos de mãos atadas sem poder emprestar ou comprar livros, que é nosso instrumento de trabalho. Precisamos estar nos atualizando sempre e buscando material para repassar aos alunos”, afirmou uma professora do Instituto de Ciências Humanas e Letras (ICHL), que preferiu não se identificar. Ela ressalta que recebeu apenas os dias trabalhados do mês de fevereiro. “Continuei a dar aulas porque tenho compromisso com os alunos, mas é complicada essa situação. Como fica a nossa questão de alimentação, transporte, enfim o básico para nos mantermos e até mesmo vir dar aula?”, reclama. Para outra professora substituta,

também do ICHL, o mais agravante é a falta de informação oficial sobre a situação. Segundo ela, em nenhum momento a direção da Ufam se preocupou em justificar a falta de pagamento para os professores. “Não houve uma circular, e-mail, nada. Pelo contrário, nós íamos atrás de informação e ninguém queria nos atender, explicar o ocorrido. É uma falta de respeito com o profissional”, informa a docente.

Um professor do Instituto de Ciências Biológicas (ICB), que também preferiu não se identificar, relatou que uma professora substituta do curso de Odontologia desistiu de dar aulas por falta de pagamento. “A maioria se dedica só à docência, não tem outra fonte de renda, como era o caso dela. Então, fica complicadíssimo ficar no emprego, principalmente porque, sequer, durante muito tempo, deram previsão de quando iriam nos pagar”, contou.

Para o professor do ICB, o fato é uma prova do descaso do Governo Federal com as Instituições de Ensino Superior. “Os alunos já sofrem com a falta de professores e, quando tem professor, ele é tratado sem um mínimo de respeito. Temos família, nossos compromissos, precisamos pagar nossas contas. Mais de três meses sem receber e sem ter uma justificativa é um absurdo”, ressaltou. “Esperamos que, realmente, esse pagamento saia desta vez”, completou.

Para o presidente da Adua, Antônio Neto, o acontecimento é um exemplo da precarização do ensino público, fato que o Andes já previa durante a publicação MP 520. “Já no Congresso do Andes tínhamos ido contra esse paliativo. Falta de pagamento dos professores, falta de professores, estrutura precária, salários defasados... tudo isso tem uma ligação e enfraquece o ensino público e gratuito”, disse.

O presidente ressalta que o pano de fundo desse fato é corte no orçamento da educação proferido pela presidente Dilma Rousseff, que deixou o quadro ainda mais caótico. “Remuneração é básico e fundamental, além de direito do professor. Chega a ser escandalosa essa situação. O profissional precisa estar bem para dar uma boa aula.

Esse problema foi tratado como uma simples rotina de problema administrativo, mas é algo muito mais grave, que mexe com a vida pessoal do docente, vamos ficar atentos para ver se o prometido será cumprido”, ressalta.



Mobilização

ADUA levanta bandeira do Plano de Carreira e Campanha Salarial para docentes

Foto: LÍDIA FERREIRA

O Projeto de Lei (PL) que consolida o Plano de Carreira e cargo de professor federal, unificando as carreiras do magistério da União, será uma das principais “bandeiras de luta” pela Adua, nos próximos meses na Ufam. Ao lado da Campanha Salarial 2011, a divulgação do tema passará a fazer parte da estratégia da Associação para mobilização dos docentes na defesa do ensino superior de qualidade. A iniciativa foi aprovada durante Assembleia Geral (AG) realizada no dia 3 de junho e integra a agenda nacional de luta pela valorização da categoria.

Depois de aprovado no 30º Congresso do Sindicato Nacional dos Docentes do Ensino Superior (Andes), em fevereiro, o Plano de Carreira passou a ser objeto de estudo da diretoria da Adua durante todo o primeiro semestre. O assunto foi pauta em assembleias realizadas ao longo desse período. Na AG do dia 3, foi criada uma comissão específica para detalhar o tema da Carreira, visando facilitar o entendimento do PL e definir ações para divulgação do assunto. A ideia agora é fazer o tema chegar a cada professor, num trabalho de construção coletiva em parceria com as unidades acadêmicas da Ufam.

De acordo com o presidente da Adua, Antônio Neto, é importante que a categoria tenha bastante conhecimento sobre o Plano de Carreira proposto pelo Movimento Docente, para que possa, assim, fortalecer as ações necessárias à aprovação do PL. “Desde o início do ano está havendo rodadas de negociação entre o Sindicato Nacional e representantes do Ministério da Educação [MEC] e do Planejamento, Orçamento e Gestão [MPOG], entretanto o governo federal ainda não tem respondido satisfatoriamente às nossas demandas”, disse o docente, acrescentando que precisa haver mais “pressão” da categoria.

Além de buscar a garantia da qualidade do ensino superior, o PL prevê a valorização dos profissionais da educação, a criação de um piso salarial nacional e a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, princípio já expresso na Constituição Federal. “As medidas negociadas com o governo Dilma têm sido insuficientes, portanto cabe aos professores intensificar a luta para a construção da unidade de classe em torno do Projeto”, afirmou.

Entre outras coisas, o PL orienta que as relações internas sejam mais democráticas e, portanto, garante que todos se sintam sujeitos na administração do Plano, por meio do respeito às estruturas deliberativas colegiadas e a ainda através da valorização do espaço público para o bem comum.



Participantes da AG decidem por intensificar a divulgação da proposta de PL

Outro destaque do Plano de Carreira, segundo o dirigente da Adua, é a defesa da isonomia salarial, com remuneração uniforme para todo trabalho prestado pelo professor federal do mesmo nível, regime de trabalho e titulação. “Para isso é necessário ingressar na carreira somente via concurso público”, lembra Antônio Neto. Ele observa também que existirão critérios para progressão na carreira, além de benefícios, garantias, direitos e vantagens pessoais estendidos inclusive a aposentados e pensionistas.

Temas passam a fazer parte da estratégia da Associação para mobilizar os docentes na defesa do ensino superior de qualidade.

Um dos principais ganhos com o novo Plano, no âmbito da autonomia universitária, é a valorização, inclusive durante o estágio probatório, da participação sindical e associativa em entidades científicas, artísticas e culturais, cujo exercício não implicará em qualquer tipo de prejuízo. “Dessa forma, os professores se sentirão mais livres para se incorporar às lutas e metas de cada entidade e passarão a pensar mais coletivamente”, disse Neto.

Regime de Trabalho

Dedicação exclusiva (jornada de 40h semanais) ou dedicação parcial (jornada de 20h semanais) são os dois únicos regimes de trabalho previstos no Projeto de Lei. Para o desenvolvimento do pro-

fessor contará, de forma equilibrada, o tempo de serviço, a formação continuada e a avaliação do plano de trabalho na sua unidade acadêmica de lotação. “São os três critérios que contarão para a progressão na carreira”, explica o docente, acrescentando que existem treze níveis remuneratórios.

A passagem de um nível remuneratório a outro imediatamente superior será feita após o período de dois anos, desde que os planos de trabalho tenham sido aprovados. Certificados ou diplomas de aperfeiçoamento, especialização, mestrado e doutorado são considerados títulos para o fim de comprovação de educação continuada. Acrescente-se aí o tempo de serviço. Na avaliação dos professores, esse é um sistema mais claro e justo para a ascensão na carreira.

O piso nacional atribuído ao professor do nível remuneratório 1, em regime de trabalho parcial, corresponderá a R\$ 2.176,74 e servirá como base aos demais valores da tabela (em destaque), incidindo sobre esse valor os futuros reajustes e revisões. Este valor tem por base índices do Dieese.

O PL prevê ainda até a contratação de professor substituto, observada a legislação vigente, desde que seja por prazo determinado e para substituição eventual, decorrente de exoneração ou demissão, falecimento, aposentadoria, afastamento para qualificação e licenças. Não como ocorre atualmente, quando os substitutos são até contratados para cobrir vagas não abertas de cursos novos, para atender às demandas do Reuni.

Plano de Carreira entregue à Reitoria da Ufam

Dirigentes da Adua apresentaram à Reitoria, na segunda-feira (13), o Plano de Carreira aprovado no 30º Congresso do Andes-SN. Durante o encontro, os professores solicitaram respostas à pauta de reivindicações encaminhada à direção da Universidade em 2009, ainda na gestão anterior. O grupo pediu ainda apoio à Reitoria para divulgação da campanha salarial e realização do próximo Congresso Nacional do Sindicato, que ocorrerá em Manaus, no início de 2012.

O presidente da Adua, Antônio Neto, avaliou positivamente o 1º encontro oficial da atual direção da entidade com a reitora, Márcia Perales. “Após uma recepção diplomática, a Reitoria se mostrou aberta para dialogar a respeito dos assuntos de interesse da categoria, inclusive da própria reitora, enquanto professora”, disse o dirigente sindical, acrescentando que a Associação objetivava, entre outras finalidades, cumprir com o papel de entidade representante da categoria.

A expectativa agora é manter a agenda de negociações para que a discussão sobre o Plano de Carreira e a Campanha Salarial docente – hoje encarada como carro-chefe da pauta de reivindicações – chegue às bases.

Reitoria

Votação direta a um passo da realidade

Falta apenas a apreciação do Senado para que a proposta de Lei da Câmara 95/03, que prevê a eleição direta dos reitores, vice-reitores e diretores das instituições públicas de educação superior, entre em vigor. Vista como uma vitória pelo movimento sindical, a comunidade acadêmica também acredita que a nova lei vai permitir mais autonomia das universidades e dará mais voz aos alunos, servidores técnico-administrativos e professores que participarão da votação, nos termos dispostos em seus estatutos e regimentos.

A proposta tira das mãos do presidente da República a escolha da reitoria. De acordo com a Lei 9.192/95, cabe ao presidente da República indicar os reitores das universidades federais, a partir de uma lista de três nomes apresentada pelos respectivos conselhos universitários. O presidente da República, por sua vez, tem liberdade para eleger, sem critérios específicos. O projeto de lei, que tramitou em caráter conclusivo no dia 2 de junho na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, da Câmara dos Deputados, aguarda o parecer do Senado.

No parecer de um dos relatores da proposta, senador Mão Santa (PSC-PI), o atual sistema deixa uma brecha para interesses políticos por não exigir que o mais votado seja escolhido. No documento, o senador ressalta ainda que a extinção da lista tríplex “garante que a vontade dos eleitores seja preservada”, escreveu o relator da proposta.

Na Universidade Federal do Amazonas (Ufam), a comunidade acadêmica é unânime em favor ao projeto de lei. Para a líder estudantil Jeane Alves, do Movimento Alternativo da Ufam, a proposta é um reconhecimento à democracia principalmente por incluir os estudantes no processo de eleição. “O voto é a melhor forma de expressão da vontade de uma maioria, é a forma mais democrática de se discutir ideias e fazer escolhas. Essa mudança vai despertar, inclusive, o interesse dos alunos pelas questões da universidade”, ressalta.

A reitora da Ufam, Márcia Perales, considera a proposta positiva e acredita que ela irá gerar o fortalecimento da transparência pública e da democracia, pois para ela, além da formação técnica, a universidade tem como obrigação a formação cidadã. “Tenho convicção de que tão importante quanto garantir a escolha da comunidade em relação aos seus dirigentes é assegurar que a forma para fazê-lo seja também uma prerrogativa desta mesma comunidade”, disse. A reitora ressalta ainda que o novo sistema de eleição possibilitará mais abertura para autogestão das universidades em suas características singulares – desenvolvimento de forma articulada de ações de ensino, pesquisa, pós-graduação, extensão e inovação tecnológica.

O 1º secretário da Adua, José Alcimar de Oliveira, enfatiza que as universidades federais não são propriedades dos docentes, nem são superiores ao Estado, por isso é necessário um diálogo aberto entre todos os que compõem a comunidade para que prevaleça a vontade da maioria. “O movimento sindical é a favor, sim, de uma eleição direta e universal, tanto para reitoria quanto para as demais instâncias de poder da universidade. Mas não apenas eleger pelo voto universal os dirigentes, é necessário conferir ao voto o permanente compromisso pela democracia para manutenção do caráter público da universidade federal”, ressalta.

O 1º secretário da Adua, José Alcimar de Oliveira, enfatiza que as universidades federais não são propriedades dos docentes, nem são superiores ao Estado, por isso é necessário um diálogo aberto entre todos os que compõem a comunidade para que prevaleça a vontade da maioria. “O movimento sindical é a favor, sim, de uma eleição direta e universal, tanto para reitoria quanto para as demais instâncias de poder da universidade. Mas não apenas eleger pelo voto universal os dirigentes, é necessário conferir ao voto o permanente compromisso pela democracia para manutenção do caráter público da universidade federal”, ressalta.

Conselho

Além da eleição direta, o texto do projeto de lei também determina que o órgão máximo do colegiado deliberativo superior das instituições públicas de educação superior será formado de forma democrática. A proposta é que com 2/3 dos assentos sejam ocupados por membros da comunidade acadêmica e 1/3 por representantes da sociedade civil local e regional, ou seja, a sociedade civil vai ter mais espaço no colegiado.

Falta a aprovação do Senado para que reitores e diretores sejam escolhidos por voto direto

Hoje, os colegiados, inclusive aqueles que tratam da elaboração e modificações estatutárias e regimentais, possuem em sua composição 70% de assentos destinados aos professores e os 30% restantes ocupados por TAEs, discentes e, em algumas instituições, representantes da sociedade civil. Na Ufam, o Consuni tem participação de representantes da sociedade civil.

O texto aprovado foi o substitutivo da Comissão de Educação e Cultura aos projetos de Lei 4646/04, do Senado, e 3674/04, da



Reflexo nas estaduais

No Amazonas, a proposta de lei despertou também a Assembleia Legislativa do Estado (ALE). No último dia 27 de maio, o deputado estadual José Ricardo Wendling (PT) manifestou-se no plenário da casa sobre a proposta de instituir processo de escolha direta para os cargos de reitor e vice-reitor da Universidade do Estado do Amazonas (UEA). A proposta foi encaminhada pelo parlamentar ao Governo do Estado, por meio de Indicação, no último dia 15 de junho. Atualmente, a escolha do reitor e vice-reitor da UEA é feita por indicação política do governador do Amazonas.

deputada Alice Portugal (PCdoB-BA). As propostas modificam a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) que prevê que os órgãos colegiados máximos das universidades sejam compostos apenas pela comunidade acadêmica, conforme informações da Agência Câmara. O relator da medida foi o deputado Maurício Quintella Lessa (PR-AL), que apresentou parecer

favorável. A análise da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania se limitou aos aspectos de admissibilidade da proposta (constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa).

Por outro lado, o senador Mão Santa (PSC-PI), também relator da proposta da eleição direta, discorda da participação de 70% dos docentes no processo de escolha dos dirigentes setoriais da universidade. Para ele, as instituições de ensino “devem decidir, na forma de seus estatutos, sobre o peso de cada segmento que as compõem em suas decisões coletivas”, afirma em seu parecer.

Para a reitora da Ufam, Márcia Perales, mesmo o Conselho Universitário (Consuni) sendo a instância máxima da instituição e ter representantes da sociedade civil eleitos como os demais membros, é necessário rever a proporção de 1/3 do total de membros a ser destinada aos representantes da sociedade civil. “Essa quantidade mereceria ser revista, pois o reconhecimento de sua importância não seria minimizado se essa proporcionalidade fosse reduzida”, ressalta. Já o ex-presidente da Adua e atual conselheiro do Consuni, professor Tomzé Costa, afirmou que “essa é uma reivindicação muito antiga do movimento sindical docente, que recupera parte da autonomia universitária usurpada lentamente nos últimos 20 anos. Porém, não basta garantir essas conquistas políticas; é preciso reconquistar a autonomia financeira e administrativa, hoje ainda bastante centralizada na esfera federal”.

Impasse

Reuni provoca desgaste nas unidades acadêmicas

A fotografia da sala de reuniões do Conselho Departamental da Faculdade de Educação (Faced) da Universidade Federal do Amazonas é o retrato, literalmente, do atual momento pelo qual passam as unidades acadêmicas mais antigas da instituição de ensino superior. Nos últimos anos, a Faculdade vem amargando perdas de espaço e de condições infraestruturais para manutenção dos cursos de graduação e pós-graduação, principalmente em virtude das demandas do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), do governo federal. Mesma situação vive o Instituto de Ciências Humanas e Letras (ICHL) – maior unidade acadêmica da Ufam, com 22 cursos. O Instituto tem déficit de dez salas de aula e a tendência é o aumento nessa quantidade a cada semestre letivo, com a criação de novos cursos. Mas, se depender dos dirigentes e conselheiros dessas unidades acadêmicas, a situação mudará.

A partir de julho, a Faced começa os trabalhos de reocupação de grande parte da área que já pertencia à unidade, em sua planta original, mas que estava cedida a outros institutos, para abrigar cursos, núcleos de pesquisas e laboratórios, e até mesmo a Reitoria. A decisão foi tomada por professores, durante reunião do Condep, realizada no último dia 7 de junho, após a saída da administração da Universidade do prédio pertencente à Faculdade, e expressa uma espécie de resposta negativa à proposta de uso do espaço desocupado, apresentada pelo Gabinete da Reitoria, por meio do ofício 339, assinado pelo vice-reitor Hedi-naldo Narciso Lima, em 25 de maio último.

“Tendo em vista as demandas existentes, especialmente por parte do Instituto de Ciências Humanas e Letras”, diz trecho, o documento apresentava proposta de distribuição dos espaços liberados nos blocos Rio Juruá, Rio Uatumã e Rio Coari – todos pertencentes à Faced –, após mudança da sede da Reitoria para o prédio novo, e da Faculdade de Psicologia para o setor Sul (antigo Mincampus) da Ufam.

A deliberação foi recebida com surpresa por parte dos membros do Condep da Faced, por não ter sido discutida nem negociada, e exigiu tomada de decisões em curto tempo. Em resposta, também via ofício, a Faculdade critica

que “a gestão do espaço físico na Universidade não pode ser prerrogativa exclusiva da Reitoria ou da Direção da Unidade Acadêmica, uma vez que envolve as condições básicas para o trabalho dos grupos de pesquisa, extensão e formação de graduandos e pós-graduandos”, conforme trecho do documento-resposta. No entendimento do Conselho, urge a necessidade de “gestão estratégica e participativa” quanto ao tema.

O imbróglio não se resumiu à troca de documentos oficiais, entre as partes. No último dia 22 de junho, o vice-reitor foi convidado pela Faced para discutir o assunto junto aos professores da unidade. Durante o encontro, eles reiteraram a decisão de reocupação dos espaços cedidos. “A Faculdade de Educação não pode mais ceder nenhuma sala sequer a nenhum outro departamento ou Unidade, pois não temos mais como funcionar nessas condições”, afirmou em tom decisivo a professora Zeina Thomé, enquanto questionava o fato de só a Faced ter cedido espaço nas últimas três décadas. “Porque só a gente tem que se apertar?”, indagava. “Sem padrões mínimos de funcionamento, não há condições de trabalho”, endossa a professora Francinete Massulo Correia.

Desde o início da década de 80, o histórico da unidade é de cessões. Primeiro, para abrigar, nas suas instalações físicas, o curso de Educação Artística, além de disponibilizar funcionários e mobiliários. O mesmo ocorreu com o curso de Psicologia, acolhido por vinte anos, nas duas décadas seguintes, usando parte dos Pavilhões Rio Uatumã e Coari. Some-se a isso, a própria expansão das atividades da Faced nos anos 2000, com a criação do curso de Formação de Professores Indígenas, como projeto do Reuni, do Centro de Educação à Distância e do curso de Pedagogia voltado para Educação Especial. Além dessas demandas, a reformulação curricular do curso de Pedagogia passou a abrigar vários níveis de ensino na formação dos professores: educação infantil, séries iniciais e gestão escolar.

Embate por espaço físico chegou ao limite: departamentos suspenderam abertura de novos cursos previstos para o próximo semestre, como licenciatura em Música e Artes



No último dia 22 de junho, o Conselho Departamental da Faced discutiu o problema

Para a diretora da Faced, Arminda Mourão, é preciso bom senso para favorecer as condições objetivas de trabalho desenvolvido pela Faculdade. “Devemos discutir o espaço com referência nos indicadores de avaliação, que incluem não somente as notas dos alunos e cursos, mas as condições de infraestrutura para o funcionamento das atividades”, disse, mencionando que já faz parte dos planos da Faced atingir o conceito máximo na avaliação dos cursos de graduação, no próximo triênio.

A atual nota 4 foi obtida em relação aos anos 2007, 2008 e 2009. Nos próximos meses, a unidade recebe a visita técnica do Ministério da Educação, para avaliar os anos 2010, 2011 e 2012.

Mas, para atingir a nota máxima, a Faculdade precisa adequar a infraestrutura e serviços às orientações do Sistema de Avaliação do Ministério da Educação (Sinaes) para o Curso de Pedagogia. É exatamente onde reside o problema, pois é preciso ainda criar as salas de leituras, para formação do graduando e para exercício metodológico com crianças da educação infantil e séries iniciais, brinquedoteca, espaço para educação especial, sala de estudos especializados, bem como os laboratórios de hipermídia de aprendizagem, de produção de material didático, de arte e criatividade, dois de informática (para professores e estudantes), sala de multimeios, auditório com tecnologia interativa,

com suporte para tele e videoconferência para o curso de Educação à Distância.

Atualmente, a Faculdade concentra um total de 880 estudantes, considerando o quantitativo de 180 ingressantes por ano. Abriga ainda seis núcleos de pesquisa e produção, além de um Programa de Pós-Graduação em Educação, com cursos de mestrado e doutorado. Diante desse quadro, é uníssona a voz de retomada dos espaços da unidade acadêmica. “A Faced foi uma das primeiras Faculdades a obter um grau A e manter alto nível de produção e formação de professores”, disse o professor Wagner Paiva Araújo, acrescentando que o histórico positivo favorece a decisão.

Na opinião do professor Luiz Carlos Cerquinho, a situação chegou a esse ponto por conta de uma questão cultural. “Na tradição local, amazônica, cabocla, ainda é muito presente a ideia do ‘puxadinho’, onde se arranja jeito para sobreviver em pequenos espaços, cubículos”, exemplificou, alegando ter ocorrido o mesmo com a Faced nos últimos trinta anos, situação que eles não pretendem repetir. O docente sugere que, independente da reforma dos pavilhões, é necessário criar um Plano de Gestão do Espaço, como forma de otimizar o uso da infraestrutura disponível.

De acordo com a diretora da Faced, Arminda Mourão, o Condep já vem discutindo o reordenamento do espaço desde 2009, inclusive com a inserção desses mesmos gargalos já expostos antes nos relatórios anuais da Unidade. “A Faculdade cresceu muito em produção, projetos de extensão e núcleos de pesquisa. Por isso, é importante o uso correto das instalações físicas”, afirmou.

Fotos: ANDERSON VASCONCELOS



tema da falta de espaço físico na unidade.

ICHL suspende abertura de novos cursos

Na maior unidade acadêmica da Ufam, a situação se repete. O Instituto de Ciências Humanas e Letras (ICHL) concentra atualmente 22 cursos, distribuídos entre dez departamentos, aproximadamente 3.500 alunos (entre estudantes de graduação e pós-graduação *strictu sensu*), 200 professores e muitos problemas quando o assunto é falta de infraestrutura e condições adequadas para o desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão. Por conta disso, o Condep da unidade, em reunião realizada no último dia 22, mandou um recado político claro: resolveu suspender a abertura de novos cursos e a expansão das vagas nas graduações já existentes.

No entendimento dos representantes do Conselho, o ICHL “não irá mais se curvar às pressões do MEC nem da administração superior para que metas sejam cumpridas sem a contrapartida das condições estruturais materiais e de pessoal”. Por isso, “decidiu não oferecer mais nenhum dos novos cursos aprovados no Reuni enquanto não forem implantadas as condições mínimas de funcionamento estabelecidas no próprio acordo assinado entre o Ministério da Educação (MEC) e as universidades”, diz trecho de artigo publicado no Blog “Ufam Para o Futuro”, de autoria do professor Dr. Gilson Monteiro, do Departamento de Comunicação Social.

Para se ter ideia do problema, a direção do Instituto precisa semestralmente negociar

alocação de cursos em outras unidades acadêmicas, geralmente na Faced ou na Faculdade de Estudos Sociais (FES), para que os alunos não fiquem prejudicados. Quem cursa Serviço Social noturno, por exemplo, precisa deslocar-se por quase todo o Setor Norte para chegar à sala de aula, localizada na FES – a mais distante do setor. “Não temos mais como racionalizar o uso do espaço disponível. O jeito é solicitar apoio de outras Faculdades, como vem acontecendo há anos”, disse o diretor do ICHL, Nelson Noronha.

Essa medida, inclusive, deve ser utilizada mais uma vez no segundo semestre letivo de 2011, previsto para iniciar em 04 de agosto, segundo o calendário acadêmico da Ufam. De acordo com informações da Diretoria do ICHL, o Instituto amarga um déficit de dez salas de aula. “Isso sem contar as salas para professor, para o Diretor da unidade, e ainda para reunião entre os docentes”, afirmou Noronha, acrescentando que já encaminhou à Reitoria e à Faced um documento solicitando a cessão do quantitativo necessário para as ações de ensino.

Segundo dados do ICHL, de 2005 até o hoje, o número de cursos subiu 37,5%, passando de 16 a 22, mas o percentual não foi acompanhado pela ampliação em outros quesitos: quantidade de professores, laboratórios, salas de aula, gabinetes para leitura, entre outros. “Nós estamos usando praticamente espaços estrangulados para realização

das atividades, em virtude das últimas demandas do Reuni”, disse Noronha, acrescentando que “existe grande disparidade entre a área construída e a população que utiliza o espaço”, no caso do ICHL.

Na opinião do diretor, a abertura de novos cursos de graduação no primeiro semestre deste ano, como Arquivologia, Artes Plásticas (noturno), Serviço Social (noturno) e Artes Plásticas (diurno), além da ampliação de vagas nos cursos mais tradicionais, a exemplo de Jornalismo e História, acarretou em impacto na demanda por mais espaço físico. “Cada curso novo exige uma área para trabalho de secretaria, pelo menos um laboratório e uma sala para atividades de pesquisa”, explicou. O curso de Letras – Língua Japonesa, iniciado como uma das novidades da Universidade neste ano, não tem instalação física alguma.

O diretor do ICHL diz ainda é que é preciso cuidado também com os cursos mais antigos, para que haja condições de continuidade. No caso do curso de Jornalismo, por exemplo, faltam laboratórios para as práticas nas disciplinas técnicas, que compõem a estrutura curricular obrigatória nessa graduação. “Os espaços estão muito obsoletos e aguardam reformas há dois anos e não é por falta de pedido. Essa situação compromete a formação dos alunos”, disse.

De acordo com informações postadas no Blog “Ufam Para o Futuro”, foram prometidas salas de aulas e laboratórios, além de quatro novos professores para o curso de Jornalismo, caso fosse implementada a expansão das vagas. “O curso aumentou o número de ingressantes de 20 para 42, por ano, e, até agora, recebeu apenas um professor. As duas novas salas de aulas não foram alocadas e os laboratórios de Áudio e Vídeo, no valor de R\$ 408.400,00, até hoje não saíram do papel”, diz trecho do artigo assinado pelo professor Gilson Monteiro.

Até mesmos os estudantes estão sofrendo os efeitos da disputa por espaço na Ufam. Os centros acadêmicos de Ciências Sociais, Filosofia, Letras Línguas Estrangeiras e Serviço Social foram obrigados a ceder a única sala que compartilhavam nas atividades de planejamento da mobilização estudantil para dar lugar à Secretaria do Mestrado em Letras - Língua Portuguesa, no fim de 2009. “Estamos há pouco mais de um ano e meio aguardando a promessa de que teríamos outro lugar para continuar o trabalho de mobilização e socialização dos alunos desses cursos”, disse o vice-presidente do Centro Acadêmico, Filosófico e Cultural da Amazônia (Cafca), que congrega somente os alunos do curso de Filosofia, Francisco Vasconcelos.

Para o estudante, sem sede os centros acadêmicos perdem a referência. “A nossa relação de mobilização fica mais enfraquecida, os alunos têm dificuldade para manter contato e isso só prejudica a nossa organização”, ressaltou. Conforme Vasconcelos, quando é necessário pensar ações que envolvem os discentes, os representantes da categoria costumam usar salas de aula vazias ou mesmo o hall do ICHL.



No ICHL, está em construção uma nova área para mais salas de aulas

Novo bloco deve amenizar situação

A expectativa do professor Nelson Noronha é que a situação melhore com a entrega do novo bloco de salas de aula do ICHL, em construção desde 16 de novembro de 2010 e com prazo de execução em 330 dias. A obra, orçada em quase R\$ 2,5 milhões, deve ficar pronta até o fim deste ano e passará a ser usada somente no primeiro semestre letivo de 2012. Com a inauguração do novo espaço, aumentará em 50% o quantitativo de salas do Instituto. “Teremos condições de desafogar as

estruturas das outras unidades administrativas”, informa o diretor do Instituto.

Entretanto, o docente não perde a lucidez quando pensa no futuro. “O novo bloco atenderá às demandas que temos hoje”, completa. Mas, a falta de espaço continuará a ser um problema com a abertura de novos cursos e ampliação das vagas, conforme as metas do Reuni. Para ele, a descentralização dos recursos financeiros da Universidade é uma das saídas para driblar esse entrave.

Adua critica Programa

O presidente da Adua, professor Antonio Neto, lamenta que o MEC, por meio do Reuni, tenha criado demandas que não consegue cumprir e avalia que a pretendida expansão do ensino superior no país não foi planejada “com os pés no chão”. “A Associação defende a expansão desde que seja preservada a qualidade nas condições de ensino das universidades, ou seja, quando é garantida a ampliação do espaço físico, do orçamento, do número de professores e de técnicos administrativos em educação, via concurso público, entre outras condições. Mas, não é o que está acontecendo”, argumentou o docente.

Neto acrescenta que concorda com as decisões tomadas nos Conselhos Departamentais do ICHL e da Faced. “As unidades administrativas da universidade não podem ceder às pressões do Governo, que precisa dar uma resposta mais contundente às demandas do ensino superior”, disse. Ele ressaltou que a entidade sempre se opôs ao Reuni por entender que ele, na forma como foi concebido e é gestado, levaria à precarização das universidades.

Previdência Complementar

PL ameaça acabar com aposentadoria integral

Em repúdio ao Projeto de Lei (PL) nº 1992, de 2007, que prevê a instituição da previdência complementar do servidor público federal ocupante de cargo efetivo, o Sindicato dos Servidores do Poder Legislativo e do Tribunal de Contas da União (Sindilegis) está colhendo assinaturas em uma petição on-line, disponível no endereço eletrônico <http://www.sindilegis.org.br/peticao/peticao.asp?id=9>. O instrumento será encaminhado ao Congresso Nacional, com objetivo de “convencer” os parlamentares a rejeitar o PL.

Na avaliação do Sindilegis, o Projeto

de Lei 1992 compromete a prestação de serviço no setor público, além de sobrepor o interesse privado (financeiro) aos interesses do Estado e da sociedade. “A previdência complementar fragiliza o serviço público, aumenta a carga tributária, retirando mais e mais recursos dos cidadãos-contribuintes, e desajusta as finanças públicas nacionais. Só quem ganha com o modelo proposto é o mercado financeiro”, diz trecho de nota publicada no site do Sindicato.

Em outra parte da nota, o Sindicato faz um alerta que “a partir de sua regulamentação, os servidores ocupantes de cargo efetivo e membros de Poder pas-

sarão a se aposentar com valor equivalente ao “teto” do regime geral (INSS), atualmente fixado em R\$ 3.689,66. Qualquer valor adicional deverá ser buscado mediante adesão à fundação de previdência complementar (Funpresp)”, ressalta a nota.

A ação do Sindilegis ganhou o apoio da Adua. O presidente da Seção Sindical, Antônio Neto, disse que a entidade é contra “todo e qualquer projeto que visa atentar contra o direito dos servidores públicos”, independente de sua esfera de atuação. Ele ressaltou ainda que a instituição também repudia os instrumentos utilizados pelo Governo Federal para impor mudanças, a exemplo de Medidas Provisórias e Decretos, disse, referindo-se, inclusive à barganha política em torno do PL.

“A previdência complementar fragiliza o serviço público e retira mais recursos dos cidadãos-contribuintes.”

Consuni aprova Moção de apoio à greve dos Técnicos

O CONSELHO UNIVERSITÁRIO da Universidade Federal do Amazonas, reunido em sessão ordinária, em 22 de junho de 2011, considerando a história de luta dos servidores Técnico-Administrativos em Educação na defesa da Universidade Pública, Gratuita, de Qualidade e socialmente referenciada e de melhores condições de trabalho, reconhece que as negociações relativas ao aperfeiçoamento da carreira e política salarial dos respectivos servidores são fundamentais para assegurar a consolidação da expansão universitária e a qualidade dos serviços prestados à sociedade, aprova moção de apoio ao movimento paredista nacional dos Servidores Técnico-Administrativos em Educação, por reconhecer a justiça das reivindicações, defende o diálogo permanente com apresentação de proposta concreta por parte do Governo Federal e solicita urgente abertura das negociações para que, num prazo mais breve possível, se chegue a uma solução satisfatória e os servidores possam retornar as suas atividades administrativas normais.

Artigo

Belo Monte: “No limite da irresponsabilidade”

Julianna Malerba

O Ministério Público Federal (MPF) caracterizou a decisão do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) de conceder a Licença de Instalação à Usina Hidrelétrica de Belo Monte, no Pará como ato “no limite da irresponsabilidade”. Ajuizada no último dia 6, a ação do MPF pede a suspensão da licença para o início das obras em função do descumprimento das condições prévias exigidas pelo próprio Ibama para preparar a região para os impactos.

Para conceder a licença – a despeito de seu próprio parecer técnico que constatou inúmeras irregularidades no cumprimento das condicionantes – o Ibama criou conceitos inexistentes na lei, como condicionantes “em cumprimento” ou “parcialmente atendidas”. Foi o caso, por exemplo, das obras de saneamento nas regiões onde ficarão os canteiros da obra que deveriam estar prontas para a concessão da licença, mas que sequer foram iniciadas. Ao invés de considerar que a condicionante não havia sido atendida, a mera apresentação de um projeto para concluí-la em março de 2012 fez com que fosse considerada como condicionante “em cumprimento”.

Outra condicionante fundamental, como a implantação prévia de saneamento para controle da água em Altamira (PA), foi considerada como “parcialmente atendida”, uma vez que sua conclusão está prevista

para 2014. Até lá, haverá contaminação e eutrofização (leia-se apodrecimento) das águas dos igarapés que banham a cidade.

Decisões, no mínimo, irresponsáveis, como atesta o MPF, têm se tornado a tônica das ações de fiscalização e controle ambiental nos últimos anos. Desde a criação de conceitos elásticos para permitir a instalação das usinas de Santo Antônio e Jirau, em Rondônia, a flexibilização das normas de licenciamento ambiental têm sido a resposta encontrada pelo governo para garantir a execução dos projetos que considera prioritários, a revelia de sua aceitação pela sociedade. E, pior, fechando os olhos para os impactos socioambientais que atingirão milhares de moradores da região, centenas dos quais necessitam diretamente dos recursos naturais dos territórios que serão modificados radicalmente com a obra.

A ideia de que “quinze ou vinte milhões de pessoas não podem impedir o progresso de 185 milhões de brasileiros”, conforme afirmou em 2009 um dos diretores da Eletrobrás, justifica a flexibilização da normativa ambiental. Além disso, ganha aceitação social na medida em que evoca um discurso recorrente nos meios empresariais e em alguns setores do governo que afirmam que o licenciamento prejudica o desenvolvimento do país.

Além de alimentar uma velha percepção já popularizada de que ações de proteção ambiental impedem a geração de empre-

gos e crescimento econômico, essa ideia implica a perigosa aceitação por parte da sociedade de que o acesso aos direitos de alguns grupos pode ser flexibilizado em detrimento do suposto benefício do conjunto da sociedade.

O resultado tende a ser o esgarçamento dos laços que unem a sociedade brasileira e a perda das bases sociais e ambientais que garantem a manutenção dos meios de vida, trabalho e reprodução social de inúmeros cidadãos que vivem em regiões distantes dos centros de poder.

Um processo de licenciamento sério deveria dar visibilidade à perspectiva dos grupos diretamente afetados e promover uma discussão com a sociedade focada no produto – a energia, no caso de Belo Monte – antes de reafirmar a necessidade da obra. Se a necessidade manifesta é de gerar energia, deve ser estabelecido um debate sobre qual o tipo de energia e quais as formas social e ambientalmente seguras de obtê-la, garantida a participação dos potencialmente atingidos tanto na definição da necessidade do empreendimento quanto na concepção de alternativas técnicas. Essa perspectiva é partilhada por um conjunto de organizações que se articulam na Rede Brasileira de Justiça Ambiental.

A entrada, em abril, da Vale, maior consumidora de energia elétrica do país, no consórcio, responsável pela construção de Belo Monte, demonstra que o destino da energia gerada não será dado priori-

tariamente ao atendimento da demanda residencial como poderia fazer crer o argumento do diretor da Eletrobrás.

A expansão de setores intensivos no uso de energia – como as atividades mineradoras – na Amazônia, aliada ao ainda pouco explorado potencial hidrelétrico da região têm feito com que a construção de usinas de grande porte sejam priorizadas pelo governo e executadas a revelia dos critérios e normas de proteção social e ambiental estabelecidos pelo próprio Estado.

Sete dias após a concessão da Licença de Instalação de Belo Monte, o Ibama admitiu que está elaborando uma proposta de redução de sete unidades de conservação no vale dos rios Tapajós e Jamanxim, no Pará, uma das áreas mais preservadas e mais biodiversas da floresta amazônica, para permitir a construção de outras seis hidrelétricas.

A fim de evitar o constrangimento de não cumprir com suas próprias exigências, como em Belo Monte, o Ibama se apressem a alterar os instrumentos de proteção que garantem o cumprimento de sua missão. A irresponsabilidade parece já não conhecer limites.

Julianna Malerba é Mestre em Planejamento Urbano e Regional e coordenadora do Núcleo Justiça Ambiental e Direitos da FASE. É também membro da Rede Brasileira de Justiça Ambiental. (publicado no site Adital, em 17.06.2011)

Entrevista: Nelson Matos de Noronha

A Amazônia dos primeiros cientistas viajantes

A Amazônia já despertava o imaginário dos navegantes exploradores europeus desde o século 15. Interesse que ganhou cunho científico a partir do século 18 com excursões focadas em mapear as características locais. Quem eram, o que faziam e como eram essas tripulações é o que tenta desvendar o livro “A Amazônia dos Viajantes – História e Ciência”, organizado pelos professores da Ufam Almir Diniz de Carvalho Júnior e Nelson Matos de Noronha. Ex-dirigente da Adua e atual diretor do Instituto de Ciências Humanas e Letras (ICHL), Nelson Noronha fala, em entrevista ao jornal da Adua, sobre o pensamento desses viajantes e projeto que engloba o livro, iniciado em 2007 no Museu Amazônico. Graduado em Filosofia pela Ufam, Noronha é mestre, na mesma área, pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e doutor pela Universidade Estadual de Campinas. Fez estágio doutoral na École Normale Supérieure de Paris (1997/1998), sob a direção de Claude Imbert. Atua como professor da Ufam nas áreas de Filosofia Moderna e Contemporânea. O livro, lançado no início de junho, foi editado pela editora da ufam (Edua) e está à venda no Museu Amazônico da Ufam e na Livraria Lua, no ICHL.

Quem eram esses viajantes da região amazônica que o livro aborda?

O título é uma provocação, o conteúdo não abrange tudo o que é possível dizer sobre esse tema. O livro é composto de sete artigos, de seis autores diferentes, que falam sobre outro tipo de viajante que começou a surgir no século 18, o ‘cientista viajante’, uma denominação surgida nas academias de ciência durante o iluminismo. Os primeiros navegantes pelas Américas eram apenas exploradores de novos territórios. Naquela época, as expedições européias, que antes tinham apenas interesses políticos e militares dos colonizadores, passaram a ser exploradas por, o que seriam hoje, os pesquisadores. As tripulações eram diferentes, formadas por estudiosos, como astrônomos, geógrafos, médicos, especialistas em mapas, químicos, botânicos, zoólogos, entre outros. Eram excursões com numerosas, de longa duração, algumas chegando até nove anos. Eles consideravam, na época, que a ciência também era uma forma de dominação.

Já se tinham critérios científicos nesta época? Como eram feitas as pesquisas desses viajantes científicos?

Cada época tinha uma técnica específica. No século 18, por exemplo, um dos principais viajantes foi Alexandre Rodrigues Ferreira que era viajante cientista naturalista, seu trabalho era copiar o que via. Para isso, ele andava com duas espécies de riscadores, que eram desenhistas responsáveis por fazer cópias autênticas do que ele pedia. O que não era possível ver a olho nu, como espessura, semelhanças e diferenças entravam nos relatos dele. Nesta época, já havia quadro de relações cartesianas entre as espécies, classificações por gênero. Já no século 19, surgiram as teorias evolucionistas que considerava que a natureza estava submetida ao tempo, como é o caso dos fósseis, por exemplo. Passou-se a considerar também o que não é visto a olho nu pelo cientista, como os sistemas do corpo (respiratório, nervoso, digestivo...), além dos próprios ecossis-

“ Os estrangeiros tinham – e ainda tem – uma ampla noção de como a região é rica e tem potencial ”

temas. Foi a fase que tudo se tornou mais objetivo e científico, acabou-se mais com o aspecto fantasioso. Até hoje, usamos essas técnicas na pesquisa científica.

Tem como se estimar o valor dessa primeira ‘produção científica’ sobre a Amazônia?

É inestimado a riqueza que se produziu, até hoje há material bibliográfico intacto, que pode ser fonte para muitas pesquisas etnográficas, geográficas, botânica e outras ciências. Tudo o que os viajantes produziam, que era uma espécie de prancha, era enviado para Portugal. Boa parte dessas coleções foi levada para França quando Napoleão Bonaparte invadiu o território português. Deste material surgiu uma referência que é “Viagem Filosófica pelo Rio Negro e Amazonas”, destaque na história da ciência no Brasil. É impossível falar da historicidade brasileira na ciência sem citar essa obra. Toda essa produção é um material rico que nos ajuda a compreender as sociedades passadas, as relações entre eles e deles com a natureza, além de observar as mudanças naturais, uma necessidade clemente para que a gente possa se compreender e melhorar o nosso presente.

Como os viajantes viam a população nativa que encontram?

No quesito das ciências humanas, eles tinham uma visão errônea. Não compreendiam a sociedade complexa que era a dos indígenas. Infelizmente mui-

tos deles não acreditavam que os povos indígenas não tinham nem cultura nem civilização e queriam impor a sua forma de organização. Acreditavam que a dominando a ciência seria mais fácil controlá-los também, poderiam passar por uma espécie de conversão para criar as bases de uma nova sociedade. Não percebiam que a cultura dos nativos era altamente desenvolvida e sustentável. Só com o nosso olhar e compressão de hoje podemos observar e tirar essa conclusão. Este é um ponto que esses relatos ainda precisam ser mais explorados.

Há um consenso entre a comunidade acadêmica de que o tema Amazônia é atraente para os pesquisadores e cientistas estrangeiros. Nos séculos anteriores, já se tinha essa

ideia sobre o valor e as riquezas da Amazônia?

Sim, desde o século 15 já se fantasiava este ‘mundo novo’, o eldorado paradisíaco que eles sonhavam encontrar era a Amazônia. ‘As Amazonas’ eram um mito que se disseminou logo depois que as primeiras expedições espanholas chegaram aqui. O marketing sobre a Amazônia se intensifica com a obra de um diplomata brasileiro Santana Neri. Ele fez relatos pelos rios negro, Solimões e Madeira, além de parte do Mato Grosso. A obra foi pioneira por ter um caráter científico e reunir coleções de plantas e animais.

Fazer ciência nas regiões amazônicas é caro. Há relatos de alguma dificuldade daquela época?

Havia e muito, mas a cobiça por esse conhecimento era maior. Os estrangeiros tinham – e ainda tem – uma ampla noção de como a região é rica e tem potencial. Já tinham percebido isso há 150 anos, decorrente das necessidades tanto de poder quanto de compreensão da natureza. Sempre estiveram cientes de que é necessário descobrir novos alimentos, remédios e outros produtos de sobrevivência. Por isso, desde o século 15, gastavam fortunas para explorar a região. E continuam gastando até hoje. É preciso que o povo brasileiro reconheça e pense como os estrangeiros neste nosso potencial e, assim, invista tanto quanto ele para que possamos nos conhecer melhor. O investimento dos governos e das empresas é tímido, precisa criar mais facilidade para o pesquisador brasileiro e reconhecimento do trabalho que eles desenvolvem.

O livro finaliza um projeto que engloba outras atividades. Como foram realizadas?

O projeto foi criado em 2007 dentro do Comitê Científico do museu. Quando aprovamos o projeto no edital de “Popularização dos Museus 2008” no Cnpq, começamos exibindo filmes, fazendo exposições e palestras sobre o tema nas escolas públicas, sempre relacionado ao tema. Também, ao longo desses anos, fizemos exposições de quadros históricos. Outra atividade de destaque foi o programa, de mesmo nome, exibido pela TV Ufam. Está no ar há mais de um ano e já possui 50 entrevistas registradas, com pessoas da comunidade científica ou personalidades que, de algum modo, tenha relação com a ciência. Uma dessas entrevistas está no DVD que acompanha o livro. As demais podem ser compradas em DVD, ao valor de R\$ 5, na livraria Lua. Todas essas atividades são interessantes para despertar as pessoas para o fazer ciência na Amazônia, algo que os viajantes fizeram e nós precisamos continuar.



Foto: ANDERSON VASCONCELOS

Artigo

MST se mobiliza contra fechamento de escolas no campo

Camila Queiroz

É indiscutível a importância da educação para o desenvolvimento de um país. Contudo, na contramão da garantia de direitos, 24 mil escolas da zona rural brasileira foram fechadas desde o ano de 2002. Para denunciar esse número alarmante e a precariedade das escolas em atividade, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) realiza a Campanha Nacional contra o Fechamento de Escolas do Campo.

Membro do setor de Educação do MST, Alessandro Mariano informa que o movimento tem realizado, no marco da campanha lançada em março deste ano, audiências públicas nas assembleias legislativas de estados brasileiros como Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Paraná. Para o mês de julho, planejam uma audiência no Congresso Nacional, com o objetivo de ampliar as denúncias contra o fechamento de escolas.

O militante explica que o MST associa o fechamento das escolas ao desenvolvimento do agronegócio. “Onde o agronegócio mais se desenvolveu, criando monoculturas, a agricultura familiar não cresceu, houve êxodo rural e foi onde mais se fechou escolas”, esclarece.

Outro motivo seria a ampliação de recursos para transporte escolar. A partir disso, os municípios, com o transporte garantido, optaram por fechar escolas no campo e concentrar alunos em escolas da cidade. “Nós queremos sim que haja transporte escolar, mas para fazer o traslado dos alunos no próprio campo, não pra fechar escolas”, defende.

No Paraná, por exemplo, Alessandro citou dois municípios com sérios problemas nas escolas, situações que considerou “emblemáticas”. O primeiro deles é Queda do Iguazu, onde está o assentamento Celso Furtado. “Lá tem cerca de 1.500 estudantes da educação infantil, que não são atendidos pelo município. Em 2007, nove escolas municipais foram construídas e hoje elas estão com o teto caindo, sem energia, sem biblioteca, uma situação revoltante”, revela.

Mesmo quando há escolas, as crianças enfrentam outro desafio: chegar até elas. Segundo Alessandro, “não há transporte escolar suficiente e de qua-

lidade; as kombis utilizadas não têm freio ou faltam os vidros das janelas, pondo em risco a vida de alunos e professores”. O município também não garante merenda escolar e material pedagógico.

Já no município paranaense de Ortigueira, só neste ano vão ser fechadas 22 escolas do campo. O MST ainda não tem levantamento de quantas crianças, com o fechamento das escolas, terão de ser transportadas até a cidade para assistir às aulas.

“Isso repercute na qualidade da educação. No Ideb (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica), escolas de assentamento tiveram os piores índices”, enfatiza.

Alessandro também ressaltou que a educação no campo é diferente da educação na cidade, pois se relaciona com as condições específicas da vida na zona rural. “É uma escola sob a perspectiva do campo, as crianças aprendem as mesmas matérias que nas escolas da cidade, mas com essa abordagem diferente, ligada ao contexto do campo”.

Para o MST, a luta por educação no campo se liga à própria luta por Reforma Agrária, principal bandeira dos camponeses. “Não tem como pensar em Reforma Agrária, desenvolvimento social dos assentamentos, sem ter educação. O acesso à escola se associa ao desenvolvimento cultural e social no campo e é garantia de direitos aos sujeitos que ali vivem, fortalecendo a permanência dos pequenos agricultores no campo e até melhorando a produção dos alimentos”, finaliza.

Dados

De acordo com o MST, no Brasil, 9,7% do total da população com 15 anos ou mais de idade é analfabeta, ou seja, 14,1 milhões de brasileiros. Outro dado nada animador é que um em cada cinco brasileiros é analfabeto funcional – lê e escreve, mas não consegue compreender, interpretar ou escrever um texto. Entre as pessoas nessa condição, acima dos 15 anos de idade, mais de um terço vive no Nordeste e, destas, mais da metade vive no meio rural.

Camila Queiroz é jornalista da Agência Adital. (publicado em 30.06.2011, no boletim da Agência)

Demonstrativo Financeiro

Demonstrativo mensal das receitas e despesas de 01/05/2011 a 31/05/2011

		MÊS ANT.	MÊS ATUAL	% MÊS AT.
1	RECEITAS	51.571,68	44.721,82	100,00%
1.1	Contribuição dos Associados	43.899,95	43.491,95	97,25%
1.2	Rendimento da Aplicação Financeira	995,99	1.188,75	2,66%
1.3	Receitas com Reprografia	27,15	41,12	0,09%
1.4	Rateio de Congresso	6.648,59	-	0,00%
2	DESPESAS	49.523,51	37.987,16	100,00%
2.1	PESSOAL	7.849,70	8.926,05	23,50%
2.1.1	Salários	6.574,70	5.586,92	14,71%
2.1.2	Vale Transportes/Alimentação	1.275,00	1.240,00	3,26%
2.1.3	Férias (Erison)	-	2.099,13	5,53%
2.2	ENCARGOS SOCIAIS/IMPOSTOS	3.199,64	2.665,09	7,01%
2.2.1	Contribuição INSS	2.389,64	2.022,45	5,32%
2.2.2	Contribuição FGTS	572,10	502,08	1,32%
2.2.3	PIS Folha de Pagamento	71,52	62,76	0,17%
2.2.4	IRRF s/Folha de Pagamento	22,20	77,80	0,20%
2.2.5	Contribuição Sindical	144,18	-	0,00%
2.3	SERVIÇOS PRESTADOS - PESSOA FISICA	2.455,00	7.708,96	20,30%
2.3.1	Serviços de Diagramação de Material Impresso	-	600,00	1,58%
2.3.2	Serviços de Distribuição de Jornais/Eventos	90,00	90,00	0,24%
2.3.3	Serviços de Assessoria Jurídica	-	3.000,00	7,90%
2.3.4	Serviços de Manutenção de Equip.de Informatica	510,00	400,00	1,05%
2.3.5	Serviços de Bolsa de Estagiário	800,00	800,00	2,11%
2.3.6	Serviços de Assistência Medica (Exames de Demissão)	25,00	-	0,00%
2.3.7	Serviços Administrativos	-	2.268,96	5,97%
2.3.8	Serviços de Limpeza/Manutenção	1.030,00	550,00	1,45%
2.4	SERVIÇOS PRESTADOS - PESSOA JURIDICA	4.390,00	1.390,00	3,66%
2.4.1	Serviços de Confeção de Faixas	100,00	300,00	0,79%
2.4.2	Serviços Graficos	3.200,00	-	0,00%
2.4.3	Serviços Contábeis	1.090,00	1.090,00	2,87%
2.5	CONTRIBUIÇÃO ANDES - SINDICATO NACIONAL	10.342,72	10.342,72	27,23%
2.5.1	Contribuição ao Sindicato Nacional/Congresso Uberlândia	8.730,93	8.730,93	22,98%
2.5.2	Contribuição Comando Nacional de Mobilização	214,75	214,75	0,57%
2.5.3	Contribuição Fundo de Solidariedade	349,26	349,26	0,92%
2.5.4	Contribuição Sindical Conlutas	1.047,78	1.047,78	2,76%
2.6	PASSAGENS, DIARIAS E HOSPEDAGEM	15.166,44	1.712,26	4,51%
2.6.1	Passagens Aereas/Terrestres	12.206,44	1.352,26	3,56%
2.6.2	Diárias (Transportes/Alimentação)	2.880,00	360,00	0,95%
2.6.3	Despesas com Hospedagens	80,00	-	0,00%
2.7	EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES	1.300,05	786,00	2,07%
2.7.1	Aquisição de Software/CPU/Roteador	697,00	479,00	1,26%
2.7.2	Aquisição de Telefone/Bebedouro/Cafeteira	603,05	307,00	0,81%
2.8	BENS DE CONSUMO	4.567,58	3.182,14	8,38%
2.8.1	Telefone	557,65	656,02	1,73%
2.8.2	Correios/Malotes	759,65	1.073,00	2,82%
2.8.3	Combustível	265,00	310,00	0,82%
2.8.4	Taxi, Fretes e Onibus	22,00	31,50	0,08%
2.8.5	Materiais Hidraulicos	259,70	30,39	0,08%
2.8.6	Refeições e Lanches	135,99	186,84	0,49%
2.8.7	Material de Expediente/Limpeza	850,55	143,91	0,38%
2.8.8	Assinatura Provedor/Internet	44,80	85,48	0,23%
2.8.9	Cartório (Cópias/Autenticações-Reg.da Ata de Posse/Balanço)	-	265,00	0,70%
2.8.10	Assinatura de Revistas/Jornais/Livros	(290,00)	-	0,00%
2.8.11	Materiais Elétricos	17,00	40,00	0,11%
2.8.12	Despesas com Seminários (Estatuinte)	1.747,24	-	0,00%
2.8.13	Cartuchos e Toner de Tinta	198,00	360,00	0,95%
2.10	ENCARGOS FINANCEIROS	252,38	1.273,94	3,35%
2.10.1	Despesas Bancarias/Juros e Multa	252,38	17,39	0,05%
2.10.2	IRRF s/Aplicação Financeira	-	1.256,55	3,31%
QUADRO RESUMO				
SALDO ANTERIOR		37.095,42	39.143,59	
RECEITAS		51.571,68	44.721,82	
DESPESAS		(49.523,51)	(37.987,16)	
RESULTADO OPERACIONAL		39.143,59	45.878,25	
Banco do Brasil S/A C/C		27.770,28	35.075,75	
Aplicação Banco do Brasil		151.674,80	151.607,00	
CAIXA		53,24	790,23	
SALDO ATUAL DISPONIVEL		179.498,32	187.472,98	

espaço cultural

Parte dos R\$ 3,6 milhões enviados pelo Ministério da Cultura (Minc) para a Secretaria de Estado da Cultura (SEC) financiar o projeto “Pontos de Cultura” ainda não chegaram ao seu destino. A verba, depositada em 2008, é para criar 40 “Pontos de Cultura” em Manaus. De acordo com o projeto do Minc, a SEC deve repassar um total de R\$ 180 mil para cada administrador dos pontos selecionados. Esse valor deve ser pago em cinco parcelas semestrais. No Amazonas, apenas 10 “Pontos de Cultura” receberam a primeira parcela, em 2010, no valor R\$ 36 mil. Ou seja, a SEC só liberou R\$ 360 mil do total enviado há dois anos pelo Minc. A assessoria do órgão estadual de Cultura informou que a segunda parcela deve ser paga até o mês de agosto, mesmo período que deve ser lançado um edital para selecionar os demais 30 Pontos de Cultura. Assim fica difícil fazer cultura no Amazonas...

Gratuito

Galeria do Largo inaugura exposição “Artistas não querem mudar de planeta”

Os artistas Buy Chaves e Helen Rossy assinam a exposição “Não Quero Mudar de Planeta”, que ficará em cartaz até 26 de agosto no Centro de Artes Visuais Galeria do Largo, no Largo de São Sebastião, Centro de Manaus. A entrada é gratuita. Os horários de visitação são das 17h às 21h, de terça a sábado.

Está é a primeira vez que o casal Buy Chaves e Helen Rossy reúne seu trabalho para uma mostra a dois. Buy com suas telas e Helen com suas esculturas falam da Amazônia, e as obras escolhidas para essa ocasião tratam, especialmente, da beleza, das coisas boas e das possibilidades de transformação ainda existentes na Terra, o que os motivam a não querer mudar de planeta.

Buy Chaves pinta a floresta, o rio, o povo, a comida, o cotidiano amazônico e todos os outros elementos que animem sua inspiração. Para isso, ele experimenta diversas superfícies para imprimir sua arte. “Já foram muitas as experiências, tenho uma série só de pinturas em isopor”, conta Buy.

Helen Rossy também tem um olhar afiado para objetos que para maioria passam despercebidos. As madeiras dos estaleiros que sobram das construções navais se transformam em esculturas do imaginário de uma parintinense que passou a infância acompanhando o pai em suas navegações pelas águas amazônicas.



Um planeta e muitos mundos

Com tanto ainda para se descobrir, melhorar, transformar e apreciar, Buy e Helen dizem não entenderem o motivo de tantas investigações pela galáxia a fora à procura de um novo lar para a humanidade. O título “Não quero mudar de planeta” é a provocação proposta aos visitantes. A curadoria é de Roberto Evangelista.



Fotos: Divulgação



Buy assina as telas da exposição

“Há tantas possibilidades, tantos mundos num só que não há porquê querermos outro”, justifica a artista.

Buy como um incorrigível admirador da Amazônia e dos pequenos e especiais prazeres da vida brinca ao argumentar: “Nosso planeta é tão legal, né?! Quando a gente anda pelo Rio Negro é espetacular! As cores, o sexo e iogurte de morango só existem aqui neste planeta”, brinca ele.

Vale a pena ler



Eliana Bezerra

Livro: A águia e a galinha: uma metáfora da condição humana
Autor: Leonardo Boff
Editores: Vozes
Nº de páginas: 208
Valor: R\$ 16

O livro **A águia e a galinha: uma metáfora da condição humana** é um clássico para os educadores. A obra está dividida em sete capítulos, que conta a história de uma águia que foi criada como galinha. A história é compreendida como uma metáfora da condição humana. A obra sugere que se pode lê-

la e interpretá-la de acordo com a vivência que temos.

Essa situação de dependência não nos humilha porque caracteriza todos os seres do universo. Já o dissemos: estamos todos envolvidos numa teia de inter-retro-relações. Esta situação, portanto, deve ser assumida sem amargura. Vivemos um processo de mudanças em todo o mundo, as transformações ocorrem por toda parte e com isso podemos perceber que a todo instante vivenciamos a dimensão galinha ou a dimensão águia, mas que se unificam dependendo da ocasião.

Esta obra leva a refletir sobre a condição humana e como é complexa a sua compreen-

são em especial no campo de trabalho. Tem valor inestimável quando se percebe a facilidade de compreensão da leitura. É sem dúvida recomendado a todos os profissionais que buscam a socialização do ser humano.

O livro disponibiliza uma reflexão sobre que perpassa o sentimento material, mas aflora no indivíduo o que há de mais íntimo em seu ser, a sensibilidade, o amor, a auto-estima, sentimentos próprios do ser humano.

Eliana Bezerra é acadêmica de pedagogia, Assistente Social pós-graduada em assistência social para a família.

Vale a pena ver



Susy Freitas

Filme: Tudo pode dar certo
EUA. 2009.
Comédia, 92 min.
Direção: Woody Allen
Distribuidora: Califórnia Filmes

Para quem não conferiu a discretíssima passagem de **Tudo pode dar certo** nos cinemas manauaras, alugar o DVD do filme é uma boa pedida para conferir o retorno do diretor Woody Allen à cidade de Nova York. Após várias produções europeias (“Match Point – Ponto Final”, “Scoop – O Grande Furo”, “Vicky Cristina Barcelona” e o novo “Meia-noite em Paris”, que em breve estréia no Brasil), o retorno à Grande Maçã também serviu para Allen resgatar um de seus tipos favoritos: o do pessimista irremediável.

Assumindo uma persona bem parecida com o próprio Allen está Larry David, comediante criador da série televisiva “Seinfeld”. Ele é Boris Yellnikoff, um físico ranzinza, que acaba se envolvendo com a ingênua Melodie St. Ann Celestine (Evan Rachel Wood). A diferença de idade entre os dois é gritante, mas mais ainda é a diferença de temperamentos: enquanto Boris é velho mal-humorado, Melodie é uma moça otimista que não pestaneja ao recitar suas pérolas de senso comum. Porém, nada disso impede que eles acabem se casando. A chegada da família de Melodie no universo outrora fechado de Boris só complica a situação desse delicado romance nada romântico.

Tudo pode dar certo lembra bastante os filmes que consagraram Woody Allen, com pitadas de conflitos familiares, humor cáustico e longos e divertidos diálogos. Falta ao filme o brilho e originalidade de um “Noivo Neurótico, noiva nervosa” (1977) ou “Manhattan” (1979), mas o resultado não é de todo ruim. Larry David sem dúvida é o que mais conta pontos a favor de “Tudo pode dar certo”, numa interpretação tão atormentada quando engraçada. Resgatando também os eternos conflitos do casamento, os quais o diretor já trabalhou com maestria em “Maridos e Esposas” (1992), Allen nos brinda com os pais de Melodie, os caipiras Marietta e Brockman (interpretados por Patricia Clarkson e Conleth Hill, respectivamente) que vão aos poucos se adaptando (e como!) à vida na cidade grande.

Do início até o final, **Tudo pode dar certo** se encaixa bem na maneira como Boris enxerga o mundo. Logo, o filme deixa o espectador decidir se ele é pessimista como a personagem ou se acreditará que, no fim, tudo pode dar certo. Nada melhor para simbolizar a trajetória de Allen, que adora fazer comédia com a desgraça alheia.

Susy Freitas é formada em Letras, concluinte de Jornalismo e mestranda do PPGCOM/Ufam; é estagiária da Adua.

internacional

O ataque contra a força de trabalho

Noam Chomsky

Na maior parte do mundo, o dia 1º de Maio é um dia feriado dos trabalhadores internacionais, ligado à amarga luta dos trabalhadores americanos do século 19 pela jornada de trabalho de oito horas. O 1º de Maio passado leva-nos a uma sombria reflexão.

Há uma década, foi cunhada pelos ativistas laborais italianos em honra do 1º de Maio uma palavra útil: “precariedade”. Referia-se inicialmente a cada vez mais precária existência da gente trabalhadora “à margem” – mulheres, jovens e imigrantes.

Logo de seguida, ela foi alargada e aplicada ao crescente “preariado” no núcleo da força laboral, o “proletariado precário” que sofria os programas de “dessindicalização”, flexibilização e desregulação, que formam parte do ataque contra a força de trabalho em todo o mundo.

Nessa altura, inclusive na Europa, havia uma preocupação crescente sobre aquilo a que o historiador do trabalho Ronaldo Munk, citando Ulrich Beck, chama a “brasileirização do Ocidente” (“...)a proliferação do emprego temporário e sem segurança, a descontinuidade e relaxamento das normas nas sociedades ocidentalizadas, que até então tinham sido bastiões do pleno emprego”.

A guerra do Estado e das corporações contra os sindicatos estendeu-se recentemente ao setor público, com legislação proibindo acordos coletivos e outros direitos elementares.

Mesmo em Massachusetts, a Câmara de Representantes favorável aos trabalhadores votou, pouco antes do 1º de Maio, uma acentuada restrição aos direitos dos polícias, dos professores e de outros empregados municipais quanto à negociação sobre a assistência à saúde - assunto crucial nos Estados Unidos, com o seu disfuncional e altamente ineficiente sistema privatizado de cuidados de saúde.

O resto do mundo pode associar o 1º de Maio com a luta dos trabalhadores americanos pelos seus direitos básicos, mas nos Estados Unidos essa solidariedade encontra-se suprimida a favor de um dia feriado reacionário.

O dia 1º de Maio é o “Dia da Lealdade”, assim designado pelo Congresso em 1958 para a “reafirmação da lealdade aos Estados Unidos e pelo reconhecimento do legado americano de liberdade”.

O presidente Eisenhower proclamou, além disso, que o Dia da Lealdade seja também

o Dia da Lei, anualmente reafirmado com o içar da bandeira e a dedicação à “Justiça para Todos”, às “Fundações da Liberdade” e à “Luta pela Justiça”.

O calendário dos Estados Unidos tem o Dia do Trabalho em setembro, em celebração do regresso ao trabalho depois de férias, que são mais curtas que em outros países industrializados.

A ferocidade do ataque contra as forças laborais pela classe dos negócios dos EUA está ilustrada pelo fato de Washington se ter abs-tido durante 60 anos de ratificar o princípio central da lei internacional do trabalho que garante a liberdade de associação.

O analista de leis Steve Charnovitz chama a isso de “tratado intocável da política dos Estados Unidos” e observa que nunca houve um debate sobre este assunto.

A indiferença de Washington em relação a algumas convenções apoiadas pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) contrasta marcadamente com a sua preocupação em fazer respeitar os direitos das corporações aos preços de monopólio, ocultos sob o manto do “livre comércio”, um dos orwellismos contemporâneos.

Em 2004, a OIT informou que “as inseguranças econômica e social multiplicam-se com a globalização e as políticas com ela associadas, à medida que o sistema econômico global se tornou mais instável e os trabalhadores suportam uma carga cada vez maior, por exemplo, através das reformas das pensões e da assistência na saúde”.

É este o que os economistas chamam de período da Grande Moderação, proclamado como “uma das grandes transformações da história moderna”, encabeçada pelos EUA e baseada na “libertação dos mercados” e, em particular, na “desregulação dos mercados financeiros”.

Este elogio ao estilo americano dos mercados livres foi pronunciado pelo editor do Wall Street Journal, Gerard Baker, em janeiro de 2007, dois meses apenas antes do sistema desmoronar e com ele o edifício inteiro da teologia econômica sobre o qual estava assente, levando a economia mundial à beira do desastre.

O descalabro deixou os Estados Unidos com níveis de desemprego real comparáveis aos da Grande Depressão e sob muitos aspectos piores ainda, porque debaixo das atuais políticas de quem manda esses empregos não retornarão, como aconteceu com os estímulos governamentais massivos durante a Segunda Guerra Mundial e nas

Mais uma vez o ativista político e professor emérito do Massachusetts Institute of Technology (MIT) de 83 anos alerta sobre os passos atuais que o capitalismo está dando em sua caminhada. Considerado uma espécie de guru do movimento anticapitalista no mundo hoje, Chomsky neste artigo faz uma reflexão sobre o significado da classe laboral para o estágio atual do capitalismo, chamando a atenção que a atuação do Estado e das corporações contra os sindicatos chega agora ao setor público. Faz ainda uma análise da política dos EUA pós-crise econômica e o tratamento dispensado aos trabalhadores americanos.

Foto: REPRODUÇÃO



décadas seguintes da “era dourada” do capitalismo estatal.

Durante a Grande Moderação, os trabalhadores americanos habituaram-se a uma existência precária. O aumento do “preariado” americano foi orgulhosamente proclamado como um fator primário da Grande Moderação que produziu um crescimento mais lento, virtual estancamento do rendimento real para a maioria da população e riqueza para além das ambições da avareza para um setor diminuto, uma fração de 1%, na maior parte diretores executivos, gestores de fundos de cobertura e outros nessa categoria.

O sumo-sacerdote desta economia magnífica foi Alan Greenspan, descrito na imprensa empresarial como “santo” pela sua brilhante condução. Orgulhando-se dos seus êxitos, testemunhou perante o Congresso que eles dependiam de “uma moderação atípica dos aumentos das compensações (que) parece principalmente consequência de uma maior insegurança dos trabalhadores”.

O desastre da Grande Moderação foi resgatado por esforços heroicos do governo para recompensar os seus autores. Neil Barosky, ao renunciar em 30 de março como inspetor-geral do programa de resgate, escreveu um artigo revelador na seção de opinião do New York Times acerca de como funcionava o resgate.

Em teoria, o ato legislativo que autorizou o resgate foi um compromisso: as instituições financeiras seriam salvas pelos contribuintes e as vítimas dos seus maus atos seriam compensadas de certa forma através de medidas que protegeriam o valor das casas e preservariam a propriedade das mesmas.

Parte do compromisso foi cumprido: as instituições financeiras foram recompensadas com enorme generosidade por terem

causado a crise e perdoadas dos crimes descarados. Mas o resto do programa desapareceu.

Conforme Barosky escreve: “as execuções hipotecárias continuam a aumentar, entre 8 e 13 milhões de julgamentos previstos durante a existência do programa”, enquanto “os maiores bancos são 20% maiores do que antes da crise e controlam uma parte maior da nossa economia, como nunca antes. Assumem, logicamente, que o governo os resgatará de novo, se necessário. De fato, as agências de classificação do crédito incorporam futuros resgates do governo nas suas avaliações dos maiores bancos, exagerando as distorções do mercado que lhes proporcionam uma vantagem injusta sobre as instituições mais pequenas que continuam lutando por sobreviver”.

Em poucas palavras, o programa do presidente Obama foi “uma prenda para os executivos da Wall Street” e um golpe no plexo solar para as suas indefesas vítimas.

O resultado apenas surpreende os que insistem com inalterável ingenuidade no projeto e aplicação da mesma política, particularmente quando o poder econômico está altamente concentrado e o capitalismo de Estado entrou numa nova etapa de “destruição criativa”, para usar a famosa frase de Joseph Schumpeter, mas agora com uma diferença: criativa quanto às maneiras de enriquecer e dar mais poder aos ricos e poderosos, deixando o resto livre de sobreviver como puder, enquanto vai celebrando o Dia da Lealdade e da Lei.

Noam Chomsky é lingüista, filósofo, ativista político e professor do M.I.T. (publicado originalmente no New York Times e, em português, pelo site O Diário.info em 13.06.2011)